

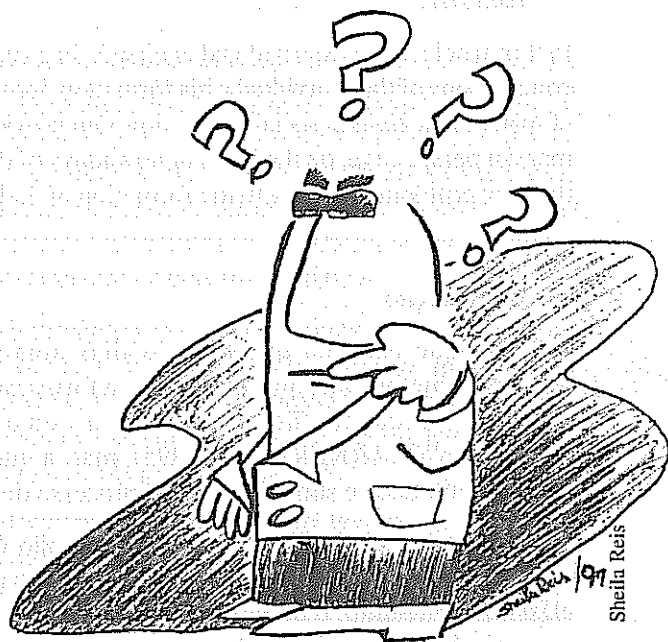
## ERRATA - Belo Horizonte, dezembro de 1997.

Na edição da Revista Trabalho & Educação n.º 1, deixamos passar alguns erros, mesmo após inúmeras revisões. Alguns erros são de digitação, outros correspondem a dados de identificação do texto ou do autor. Priorizamos alterar os dados de identificação do texto ou do autor por entendermos ser impossível corrigir todos os erros de digitação. O leitor poderá observar que as incorreções não comprometem o conteúdo dos artigos. Publicamos essa errata, como encarte da edição da revista n.º 2, esperando reparar parte desse nosso deslize.

Comitê Editorial da Revista Trabalho & Educação

ERRATA		
PÁGINA.	ONDE ESTÁ ESCRITO	LEIA-SE
04	Este número foi financiado pelas FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) através do Programa de Integração de Pós-Graduação e Graduação (PROIN)	Este número foi financiado pela FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos)
05	Educação, Trabalho, Cidadania, e Qualificação Social Francisca dos Santos	Educação, Trabalho, Cidadania e Qualidade Social Francisca dos Santos Gonçalves
06	Projetos em disputa: empresários trabalhadores, trabalhadores e a formação profissional.	Projeto em disputa: empresários, trabalhadores e a formação profissional.
48	Francisca dos Santos Educação, Trabalho, Cidadania, e Qualidade Social	Francisca dos Santos Gonçalves Educação, Trabalho, Cidadania e Qualidade Social
49	GONÇALVES, Francisca dos Santos. O conhecimento articulado ao trabalho e à vida. São Paulo- FAE- USP, 1996. (Tese, Doutorado em Educação)	excluído
14, 57, 76, 92, 129	Résumé	Resumée
14, 57, 76, 92, 129	Résumé	Abstract
113	Projetos em Disputa: Empresários Trabalhadores, Trabalhadores e a Formação Profissional.	Projeto em disputa: empresários, trabalhadores e a formação profissional.
193	GONÇALVES, Francisca dos Santos. O conhecimento articulado ao trabalho e à vida. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 1996 (Dissertação, Mestrado em Educação).	GONÇALVES, Francisca dos Santos. Vida, Trabalho e conhecimento; metodologia para a elaboração coletiva e interdisciplinar do conhecimento fundado no trabalho como princípio educativo - uma contribuição para a formação do professor. São Paulo: FEUSP, 1995) (Tese, Doutorado em Educação) Orientador: Dirceu Ricci de Carvalho
196- linha	(Dissertação, Mestrado em Educação)	(Tese de Doutorado em Sociologie, changements, crises, mutations).

# Hormindo Pereira de Souza Junior Reflexões Necessárias Sobre o Problema da Formação do Sujeito na Atualidade



Mestre em Educação FAE-UFMG  
Coordenador da Comissão de Pesquisa do  
NETE/FAE

## Resumo

Neste artigo, explicita-se e analisa-se, de maneira ainda inicial, algumas das atuais concepções de sujeito e de sua formação, tendo em vista as recentes transformações na base material da produção social. Objetiva-se um Re-encontro com a perspectiva da ontologia marxiana tendo em vista a atualidade deste pensamento para o entendimento dos novos problemas postos à formação dos sujeitos.

## Résumé

In this article, are specified and analysed, in a very inicial step, some of the actual concepions of the individual e his formation, looking at the recent transformations of material the basis at social production. Our goal is to meet-again with the ontologic marxist perspective, on the basis of nowadays of this line of thinking to understand the new problems existing to the formation of individuals.

## Introdução

O que está em questão nos dias atuais em relação ao problema da subjetividade, que diz respeito à formação do sujeito, não é propriamente, a recuperação da “noção emancipatória do sujeito do iluminismo” (MARKERT:1994;1995), mas, a integração ontológica fundamental entre objetividade e subjetividade no processo de formação do sujeito.

O problema atual da formação do sujeito não é propriamente novo no que se refere à sua gênese. Está presente na história do pensamento desde a antiguidade clássica. Entretanto, o desenvolvimento tecnológico, a automação do trabalho, o processo de informatização dos meios pelos quais o homem produz sua existência, introduziram novas dimensões de significativa importância à problemática da formação do sujeito.

Ao racionalizar a produção surgem condições efetivas de racionalização do próprio modo de viver. Às transformações na base material da produção social acompanham mudanças no modo de viver, refletir e apreender a vida.

Estas transformações introduzem significativos condicionamentos do processo do conhecimento, pois a possibilidade da utilização da informática na educação vem agregar nuances especiais à relação sujeito/objeto do conhecimento nos processos pedagógicos. As categorias de objetividade, subjetividade e racionalidade são recolocadas no centro dos debates educacionais e surgem novos desafios ao

problema da formação humana na atualidade.

Virtualidade ou não, a informática acompanhada das novas tecnologias de organização e gerenciamento dos processos de trabalho, traz novos contornos à objetividade. Isto significa repercussões sobre a dimensão da subjetividade humana. É, portanto, fundamental analisar as implicações destas mudanças para a configuração das novas subjetividades emergentes nesse novo padrão de desenvolvimento tecnológico, bem como discutir o seu significado para a relação sujeito/objeto do conhecimento.

Para analisar, hoje, os processos de formação humana, é importante partir da constatação de que o trabalho humano, em sua dimensão concreta, vem se metamorfoseando significativamente graças as potencialidades das novas tecnologias. Com isso, o ser humano tem dominado a natureza em novas bases. Todavia, não tem conseguido imprimir uma nova dimensão à vida humana como um todo. O trabalho efetiva de maneira nunca antes igual, o homem como sujeito. É sem dúvida, uma dimensão fundamental na construção humana.

Estas inovações na base material da produção social têm suscitado muitas discussões a respeito de seus resultados. De um lado, há expectativas otimistas que apontam para o desenvolvimento da capacidade de trabalho da humanidade e do homem, como sujeito intelectual do processo de trabalho, esquecendo-se da determinação histórica de um mundo sem humanidade dirigido pelo Capital.

De outro lado, surgem expectativas pessimistas que não levam em questão o movimento contraditório da realidade e apontam exclusivamente para fatores negativos. Esquecem que o homem também faz a história mesmo que não seja sob condições livremente escolhidas.

Neste sentido, cabe apontar e discutir com algumas das mais importantes reflexões acerca do sujeito e da subjetividade presentes no debate contemporâneo. O exercício do apontamento e da reflexão crítica com essas abordagens é fundamental tendo em vista a problematização em torno dos novos requerimentos postos ao problema da subjetividade na atualidade.

Neste artigo, em um primeiro momento, pretende-se apontar as reflexões de Pierre Lévy, Michel Foucault e Jürgen Habermas, fundamental à explicitação dos núcleos determinativos fundamentais das três abordagens. Posteriormente, será estabelecido um contraponto a partir da reflexão marxiana sobre a determinação ontológica, buscando demonstrar a validade deste pensamento para a explicação atual dos problemas postos à formação humana.



Para Pierre LÉVY,

"A razão não seria um atributo essencial e imutável da alma humana, mas sim um efeito ecológico, que repousa sobre o uso de tecnologias intelectuais variáveis no espaço e historicamente datadas". (1993, p.152)

Nesse sentido, não existiria

"apenas uma racionalidade, mas sim normas de raciocínio e processos de decisão fortemente ligados ao uso de tecnologias intelectuais, que por sua vez são historicamente variáveis." (Idem, p.155)

Em relação à problemática do conhecimento, Lévy questiona tanto a concepção kantiana, que se preocupa em distinguir aquilo que se refere ao sujeito e o que pertence ao objeto, quanto a concepção haideggeriana de um "caminho vertical" de caráter ontológico(sic). Lévy propõe um percurso em ziguezague, saltando de uma escala a outra. Segundo ele, seria um percurso "hipertextual", "rizomático", "heterogêneo", múltiplo e multicolorido quanto o é o próprio real. Para ele, as representações são compostas por dois grandes conjuntos: a) as mentes humanas e b) as redes técnicas de armazenamento, de transformação e de transmissão das representações.

Nesse sentido, as tecnologias intelectuais e a informática transformam o meio no qual se propagam as representações, modificando sua distribuição.

Para Lévy, o sujeito é um dos micro-atores de uma ecologia cognitiva que o engloba e o restringe. O sujeito pensante se encontra fragmentado em sua base, dissolvido pelo interior. É parte da pluralidade e da multiplicidade de partes de todos os tamanhos e de todos os tipos, que compõem o sistema cognitivo humano.

"Os módulos de Fodor, a sociedade da mente de Minsky, as assembléias de neurônios ou redes neuronais de todos os 'conexionismos' trocam uma figura da mente estilhada de forma peculiar. Acrescentemos a isto que um bom número de processos cognitivos são automáticos, fora do controle da vontade deliberada." (1993:135)

Pergunta o criador da 'ecologia cognitiva': qual a imagem que sobressai desta dissolução do sujeito cognitivo em uma microssociedade biológica e funcional na base, e de sua imbricação em uma megassociedade povoada por homens, representações, técnicas de transmissão e de dispositivos de armazenamento, no topo? "Quem pensa?" E ele mesmo responde:

"Não há mais sujeito ou substância pensante, nem 'material', nem 'espiritual'. O pensamento se dá em uma rede na qual neurônios, módulos cognitivos humanos, instituições de ensino, línguas, sistemas de escrita, livros e computadores se interconectam, transformam e traduzem as representações." (1993:135).

Estas são concepções que vão ao encontro de uma tendência da filosofia francesa atual representada por Deleuze, Guattari, Eric Alliez e Michel Serres. Radicalizam, segundo o próprio Lévy, "o protomaterialismo empedocleano das misturas, o monismo naturalista de Spinoza e o pluralismo infinitista de Leibniz".

Serres (1987, apud Lévy 1993) explora os intermediários e as relações recíprocas entre sujeitos e objetos. Mostra como através da múmia, do cadáver e dos ossos, o objeto nasce do sujeito e como, inversamente, o sujeito coletivo está fundado sobre as coisas e mistura-se a elas.

Serres, pontua Lévy:

"Atinge uma filosofia do conhecimento 'objetal' que se opõe à vulgata kantiana segundo a qual o 'sujeito transcendental' imporia suas formas a priori sobre qualquer experiência e deteria a chave da epistemologia." (1993:136)

Já FOUCAULT, no posfácio do livro de Dreyfus e Rabinow (1983), indica que seu objetivo tem sido o de "criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos são tornados sujeitos" e sustenta que seu trabalho tem lidado com "três modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos":

- a) os modos de investigação dos discursos baseados nas disciplinas que objetivam os seres humanos sob formas diversas e específicas;
- b) a objetivação do sujeito através do que ele chama de "práticas de divisão";
- c) a forma pela qual os seres humanos transformam a si próprios em sujeitos, especialmente no domínio da sexualidade.

Para Foucault, os discursos são uma dispersão, sendo que analisá-los é descrever essa dispersão. Um discurso é um conjunto de enunciados que tem seus princípios de regularidade em uma mesma formação discursiva. O enunciado é uma função que possibilita a um conjunto de signos, formando unidade lógica ou gramatical, se relacionar com um domínio de objetos, receber um sujeito possível, se coordenar com outros enunciados e aparecer, ao final desse processo puramente intelectual, como um objeto. Isto é, como "materialidade repetível."

O que interessa à “ARQUEOLOGIA” são discursos possíveis, discursos para os quais se estabelecem princípios de verdade ou de validade a serem realizados; ela estuda os discursos que foram efetivamente pronunciados.

Foucault considera o discurso como prática, como ele mesmo diz em Arqueologia do Saber:

“prática discursiva... um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram numa época dada e para determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de existência da função enunciativa.”(1972:153-154).

Isto significa dizer que a “ARQUEOLOGIA” analisa os discursos enquanto práticas obedecendo as regras, regras de formação dos objetos, dos modos de enunciação, dos conceitos e dos temas e teorias. Para Foucault, analisar as regras de formação dos discursos é estabelecer um tipo de positividade que os caracteriza. E essa positividade é a positividade de um saber e não de uma ciência.

Esta idéia da linguagem voltará mais tarde quando Foucault vier a insistir na natureza positiva, produtiva e não somente repressiva do poder, capaz de gerar formas de existência e sobretudo gerar indivíduos. É no âmbito dessa análise, inspirada nas práticas discursivas, que Foucault chega a conceber o homem como produto do “jogo dos signos”.

Ou seja, Foucault procura fazer da subjetividade humana uma fonte de liberdade, autônoma em relação ao mundo das condições objetivas. Pensar os indivíduos como fonte de significados que ordenam a vida se serve para reduzir, na perspectiva foucaultiana, os riscos e os perigos inerentes à possibilidade de uma abertura mais ampla à ficção, por outro lado, pode induzir a uma proliferação destes significados. Demonstrar que o autor-sujeito é somente uma função complexa do discurso significa abrir o caminho para esta proliferação de significados, para a fluidez de um sentido que correria livremente, sem considerar as relações complexas, de caráter ontológico, entre a objetividade e a subjetividade.

Já HABERMAS, nos discursos sobre a modernidade, ocupa-se com o tema da razão, não através do conhecimento e da ação mas através da linguagem. Rejeita a análise do conhecimento e da ação como meios adequados de refletir sobre a razão.

A razão que se depreende da atividade de um sujeito cognoscente e agente é por ele caracterizada como subjetiva e instrumental, porque centrada na noção de

subjetividade e voltada para o domínio teórico e ou prático dos objetos.

A razão pode ser descoberta, segundo Habermas pela análise da atividade dos sujeitos lingüísticos, é uma razão intersubjetiva e não instrumental, porque a prática lingüística envolve pelo menos dois participantes e tem como único objetivo o entendimento. Para ele, a linguagem permite descobrir, em sua própria conformação, estruturas de racionalidade heterogêneas à razão instrumental.

Para ele, na "Filosofia da Consciência", a noção central é a de subjetividade. Ou seja, a questão do conhecimento e da ação concentra-se na relação que o sujeito estabelece com um determinado objeto. A razão aqui é subjetiva e regulamenta duas relações fundamentais: a representação e a ação. Estas duas funções estão interligadas e é esta interconexão entre conhecimento e ação que o leva a identificar essa razão como instrumental e subjetiva.

A constituição de tal subjetividade, segundo Habermas, tem como fator decisivo a "autoconsciência epistêmica". Ou seja, a consciência é em primeiro lugar, autoconsciência. O sujeito é muito mais caracterizado pelo conhecimento que tem de si próprio do que pelo conhecimento da realidade e a relação que estabelece com os objetos está calcada na sua autoconsciência:

"A autoconsciência, a relação do sujeito cognoscente consigo mesmo, oferece, desde Descartes, a chave para a esfera interna, absolutamente consciente, das representações que temos dos objetos." (HABERMAS, 1989:28).

Habermas postula a necessidade da mudança de paradigma da análise da razão de uma "Filosofia da Consciência" para uma "Filosofia Lingüística".

Em seus estudos sobre a modernidade, propõe uma concepção mais abrangente de razão que pode ser encontrada no conceito de razão comunicativa ou dialógica. Está interessado em elaborar um conceito de racionalidade comunicativa, onde haja a combinação do conceito de "mundo vivido" com a **concepção sistêmica**, o que forneceria uma conceituação nova de sociedade e uma teoria evolucionista da modernidade.

Habermas inclui em sua teoria da ação comunicativa um novo conceito de razão, uma razão subjetiva, autônoma, capaz de conhecer o mundo e de dirigir o destino dos homens e da humanidade. A razão comunicativa se constituiria nas interações espontâneas, porém, adquire maior rigor naquilo em que ele chama de discurso.



“Na ação comunicativa cada interlocutor suscita uma pretensão de validade quando se refere a fatos, normas e vivências, e existe uma expectativa que seu interlocutor possa, se assim o quiser, contestar essa pretensão de validade de uma maneira fundada, isto é, com argumentos. É nisso que consiste a racionalidade para Habermas.” (FREITAG, 1988:59).

A razão comunicativa se encontra no ponto de interseção de três mundos: o mundo objetivo das coisas, o mundo social das normas e o mundo subjetivo dos afetos.

Em sua discussão, Habermas procura integrar duas óticas: a “sistêmica” e a do “mundo vivido”. Para ele, a modernidade se caracteriza por ter criado uma disjunção, um hiato, entre o “mundo vivido e o sistema”. A integração entre essas duas óticas é que possibilita a “razão dialógica, comunicativa, recolocar em seu devido lugar a razão instrumental.”

Nesse sentido, a racionalidade em Habermas se apresenta como uma tentativa globalizante de abarcar todas as manifestações racionais do sujeito, seja em suas ações diretas sobre o mundo nas suas mais variadas formas, seja nas expressões simbólicas que medeiam essas relações com o mundo.

Posto isto, retoma-se aqui, a reflexão marxiana, com o intuito de explicitar alguns dos nódulos ontológicos fundamentais deste pensamento, ou seja, a “crítica da terra”, já que o próprio Marx considera que a crítica da religião foi realizada por Feuerbach. Trata-se, aqui, do combate de Marx à especulatividade e de seu esforço de demarcação da subjetividade enquanto efetivações concretas da atividade humana.

MARX há cerca de 150 anos atrás (1844), apontava:

“A relação imediata, natural e necessária do homem com o homem é a relação do homem com a mulher. Nesta relação natural dos gêneros, a relação do homem com a natureza é imediatamente sua relação com o homem, do mesmo modo que a relação com o homem é imediatamente sua relação com a natureza, sua própria destinação natural. Nesta relação aparece, pois, de maneira sensível, reduzida a um fato visível, em que medida a essência humana se converteu para o homem em natureza ou a natureza tornou-se a essência humana do homem. A partir desta relação, pode-se julgar o grau de cultura do homem em sua totalidade.” (1987:173).

Ou seja, nesta passagem pode-se perceber que para Marx a relação objetividade/ subjetividade não é uma mera relação “intersubjetiva” fundada no plano cognitivo, não é “uma determinação teórico-prática de uma situação de entendimento interpessoal e social” (MARKERT:1985), mas, uma relação com a materialidade

do mundo, onde a subjetividade é resultado de uma relação efetiva com a objetividade; se dá na *práxis*.

É neste sentido filosófico de captura das essencialidades básicas, fundamentais, de caráter ontológico, que ganha relevo a posição marxiana sobre os problemas atuais da relação do homem com a natureza, do sujeito com o objeto e das próprias relações do homem consigo mesmo.

Para Marx, a atividade humana é radicalmente diferente da dos animais, pois é livre e consciente. O sujeito da atividade constrói um mundo objetivo e manipula a natureza, ao mesmo tempo em que é por ela manipulado. Através do trabalho, o homem se manifesta como ser genérico, superior à atividade muda dos animais. Na relação sujeito/objeto, mediada pela atividade, o homem produz sua existência, cria consciência de que é um ser social e atinge a existência de um ser universal e livre, portanto, é sujeito de uma atividade livre e consciente.

O trabalho, como objetivação e autodesenvolvimento humano, como uma mediação necessária do homem com a natureza, constitui a esfera ontológica fundamental da existência humana.

Através da atividade, o homem procede a uma dupla transformação: transforma a natureza exterior e inorgânica e a sua própria natureza humana. A objetividade não está expropriada da subjetividade e nem vice-versa. Os objetos e as forças da natureza são convertidos em meios e objetos de trabalho. Esses objetos são, portanto, produtos do trabalho humano, são objetos humanizados, ocorrendo assim a humanização da natureza.

"O produto do trabalho, é o trabalho que se fixou num objeto, que se transformou em coisa física, é objetivação do trabalho. A realização do trabalho constitui simultaneamente a sua objetivação." (MARX, 1975:165)

Como se pode perceber, a objetivação, ou seja, a subjetividade efetivada, posta no mundo, é condição necessária para a universalidade do trabalho, que por sua vez traz necessariamente a alienação. É é, aqui, que a alienação no trabalho se torna um momento necessário da objetivação e, também, uma outra esfera ontológica fundamental da existência humana.

A atividade humana enquanto uma atividade de um ser objetivo pressupõe a alienação uma vez que o poder que tem o homem de objetivar-se, através de seu trabalho, é especificamente humano; manifesta-se como alienação positiva de sua vida genérica. Na Primeira Tese Ad Feuerbach, Marx afirma que:

“A falha fundamental de todo o materialismo anterior (incluindo o de Feuerbach) reside em que só capta a coisa, a realidade, o sensível, sob a forma de objeto ou da intuição, não como atividade humana sensorial, como prática, não de um modo subjetivo. Daí que o lado ativo fosse desenvolvido de modo abstrato, em contraposição ao materialismo, pelo idealismo, o qual, naturalmente, não conhece a atividade real, sensível enquanto tal. Feuerbach aspira a objetos sensíveis realmente distintos dos objetos conceituais, mas não concebe a atividade humana mesma como uma atividade objetiva.”(MARX,1987:161)

A crítica aqui desenvolvida se dirige tanto ao materialismo anterior, que não capta a realidade como exterioridade posta pelo sujeito, ou seja, a objetividade do mundo do homem, quanto ao idealismo que, apesar de desenvolver o aspecto ativo da consciência, “não conhece a atividade real, sensível” do homem.

Dessa dupla e complexa crítica que demarca a determinação marxiana da relação sujeito/objeto do conhecimento, desponta uma nova abordagem, onde objetividade e subjetividade se articulam e se interpenetram no processo do conhecimento. Portanto, não se trata de “intersubjetividade” e nem “intrasubjetividade” mas, subjetividade efetivada e efetivante.

Isto significa entender a razão como resultado de uma articulação ativa entre objetividade e subjetividade, fundada na objetividade. Ou seja, a racionalidade em Marx é entendida como uma via de mão dupla, onde os objetos interrogam a razão e a razão os objetos. Segundo LUCKÁCS,

“A razão humana é, em si mesma, um processo que se desenrola no tempo, no qual vão sendo descobertas as categorias lógicas que definem a natureza e estruturas dos processos reais. O fato de ser uma faculdade subjetiva não lhe retira a condição de ser real, no sentido de um fundamento concreto, material que, sendo parte do processo geral da realidade objetiva, acarreta a mesma transitoriedade naquela sua particular manifestação, reflexo subjetivo desse processo que a produz.”(1979:207-245).

A razão é, portanto, a forma mais perfeita do reflexo da realidade na capacidade perceptiva e reflexiva do homem, em função do grau de complexidade e aperfeiçoamento a que atingiu o seu sistema de relação com o mundo. A racionalidade, à medida que vai se constituindo, encontra expressão nas formas de conhecimento que tem a possibilidade de adquirir a cada momento. A racionalidade se autopõe junto com o homem, não é uma mera faculdade intelectual da razão, é um produto da inter-relação prática e teórica e entre objetividade e subjetividade. A racionalidade não é um ente metafísico posto na cabeça dos homens.

Na Segunda Tese Ad Feuerbach, Marx aponta outros fatores igualmente importantes:

“A questão se o pensamento chega a uma verdade concreta, não é uma questão teórica, mas uma questão prática. Na prática, deve o homem demonstrar a verdade, isto é, a efetividade e o poder, a ceterioridade de seu pensamento. A disputa sobre a efetividade ou não efetividade do pensamento - que da prática é isolado - é uma questão puramente escolástica”(MARX,1987:161)

Esta segunda tese aponta outros elementos importantes para a reflexão, ao destacar que o homem que conhece é um ser que exerce uma atividade concreta e sensível no quadro de sua existência e que a sua consciência não atua passivamente, na medida em que ela se põe na realidade, numa complexa relação entre o sujeito e o objeto, na atividade e no processo do conhecimento humanos.

Assim, se explicita a relação entre o conhecimento e a atividade humana, de tal modo que a verdade a ser buscada pelo sujeito só adquire estatuto de verdade concreta ao demonstrar, na *práxis* social, a “efetividade ou não efetividade do pensamento.” Para Marx, o pensamento não pode ser considerado isoladamente de suas condições de existência, mas em sua ceterioridade, na efetividade posta pelo sujeito socialmente ativo. A Tese afirma a possibilidade cognoscitiva efetiva do sujeito apreender o objeto, desvendando suas regularidades.

Em Marx, na atividade cognitiva, sujeito e objeto se relacionam no movimento de busca da verdade, e o sujeito está vinculado à atividade de caráter eminentemente social, é um sujeito socialmente condicionado, que vivencia os conflitos humanos característicos de seu tempo. Nesse sentido, é possível considerar que o sujeito, no processo do conhecimento, não deveria projetar elementos “estranhos” ao objeto a ser analisado. Sobre isto, Marx se pronuncia no Posfácio de 1873 ao “O Capital”:

“Os fatos continuam adversos aos nossos especialistas. Quando podiam ser imparciais no trato da economia política, faltavam à realidade alemã as condições econômicas modernas. Quando surgiram estas, surgiram em circunstâncias que não permitiam mais o seu estudo imparcial sem ultrapassar os limites burgueses.”(MARX:1984,p.10)

Aqui Marx aponta para outro aspecto de fundamental importância. É possível que tenha uma descontinuidade entre o sujeito e o objeto no processo do conhecimento quando afirma que quando surgiram as condições econômicas propícias, estas “não mais permitiam o seu estudo imparcial”.

Esta mesma observação é recorrente em MARX<sup>1</sup> apud FLICKINGER (1985:17) quando aponta que:

“não é suficiente à idéia o impor-se à realidade, a realidade mesma tem que impor-se à idéia.”

Tais elementos parecem indicar a existência de alguns obstáculos e dificuldades para que o sujeito possa alcançar os objetos e poder expressá-los cientificamente. Se essas dificuldades se manifestam no nível do sujeito, também existem problemas em relação ao objeto, quando afirma “que a realidade mesma tem que impor-se à idéia.”

Ou seja, é preciso que a realidade se apresente em condições que permitam sua maior visibilidade. Quando Marx diz que “faltavam à realidade alemã as condições econômicas modernas”, está indicando que o objeto da economia política alemã não havia ainda atingido um grau de desenvolvimento capaz de explicitar a sua plena maturidade, tal como já havia ocorrido na Inglaterra. Exemplo de como essa concepção foi utilizada pode ser tomado no procedimento de Marx ao analisar a economia capitalista inglesa, ou seja, a economia mais desenvolvida à sua época, procurando desvendar as regularidades de seu desenvolvimento. A escolha da Inglaterra não é casual, pois trata-se, como ele diz, do lugar clássico do desenvolvimento da sociedade capitalista, isto é, o lugar onde o objeto se apresentava plenamente maduro.

E mais, em seu confronto com Bruno Bauer, Marx criticava o que considerava ser uma especulatividade de tipo hegeliana:

“não reconhecem nenhum ser diferente da idéia (...) nenhum objeto diferente do sujeito (...) nenhuma sociedade real diferente da generalidade abstrata.”(MARX,1989:101).

E, ainda:

“O mundo não é mais que uma distinção metafísica, uma quimera e uma imaginação surgidas de seu cérebro etéreo.”(MARX,1987:3)

Ou seja, em Bauer e outros, o entendimento é posto como um modo operativo da razão, - o mesmo faz Lévy, Foucault e Habermas -, que não critica os conteúdos dos materiais sobre os quais incide.

Neste sentido,

Marx  
a a pa  
forma

Marx  
real, p  
à con

Difer  
cienti  
Trata:  
do ob  
inseri  
conce  
que s  
de fo  
apree

Basea  
na rel  
na ob  
quest  
Neste  
sobre

985:17)

"o tratamento hegeliano dos procedimentos intelectivos pode ser amplamente desdobrado para a compreensão exaustiva desta modalidade operativo-racional, que é essencialmente limitada na escala em que - não envolvendo o caráter negativo e, portanto, crítico da razão, específico da sua dimensão dialética - esgota e reduz a racionalidade aos comportamentos manipuladores do sujeito em face do mundo objetivo."(NETTO:1994:29).

Marx prossegue a crítica ao processo abstrativante de Bauer e outros, desdobrando-a a partir de um exemplo muito simples, mas que demonstra bem a questão da formação e utilização dos conceitos:

"Quando, ao operar sobre realidades - maçãs, pêras, etc. - formo em mim a idéia de "fruto"; quando indo mais longe, imagino que a minha idéia abstrata, "o fruto", deduzida dos frutos reais, é um ser que existe fora de mim e, mais ainda, constitui a essência verdadeira da pêra, da maçã, etc., declaro em linguagem especulativa que o fruto é a substância da pêra, da maçã, etc.(...) O essencial nestas coisas não é o seu valor real, perceptível aos sentidos, mas a essência da minha representação: "o fruto". Declaro então que a maçã, a pêra, etc. são simples formas de existência, modos do "fruto". Os frutos particulares reais não são mais do que frutos aparentes cuja essência verdadeira é a 'substância,' "o fruto".(MARX,1974:85).



Marx critica esse procedimento fundamentalmente porque ele abandona o objeto real, passando a lidar arbitrariamente com abstrações, simples palavras que passam à condição de sujeitos.

Diferentemente do processo acima, o discurso marxiano procura construir a sua cientificidade a partir de uma lógica que busca a integração entre sujeito e objeto. Trata-se de um processo complexo de **apreensão intelectualiva** das regularidades do objeto, indicando a inexistência de um método a priori, pois a lógica estaria inserida no próprio objeto, cabendo ao intelecto reproduzi-la e expressá-la conceitualmente, procurando captar a sua unidade e sua diferença. É nesse sentido que se pode afirmar que o que interessa no processo de compreensão do mundo, de formação do sujeito, é a possibilidade que este possa ter efetivamente de apreender intelectivamente a realidade em que vive.

Baseado no até aqui exposto, percebe-se que a cientificidade marxiana se funda na relação entre objetividade/subjetividade sendo que a subjetividade está fundada na objetividade. A verdade se encontra posta no mundo, é concreta e não "uma questão meramente escolástica", como destaca a segunda Tese Ad Feuerbach. Neste sentido, o ato cognitivo se processa na medida em que o sujeito se debruça sobre o objeto, procurando apreendê-lo em sua inteireza e em sua processualidade.

Portanto, tratar o problema do conhecimento e da relação sujeito/objeto do conhecimento fundando a possibilidade do conhecimento unicamente no sujeito (Lévy, Foucault e Habermas), é negar o caráter ou o pólo objetivo do processo do conhecimento e autonomizar a razão que passa, então, a caminhar por si própria.

Nas concepções de Lévy, Foucault e Habermas evidenciadas anteriormente, a racionalidade é uma racionalidade enviesada onde a apropriação do objeto se dá a partir das ideias prévias do sujeito, separando assim, sujeito de objeto e objeto de sujeito, o que leva a uma cisão entre homem e realidade, entre criação e criatura.

Esta concepção gnosiológica, ao estabelecer uma ruptura entre sujeito/objeto do conhecimento, estabelecendo o primado do sujeito no processo do conhecimento, separa pensamento e ser, realidade e pensamento, dissocia fato e consciência. Partindo do real e caindo na autonomização da razão, perde seu vínculo com o real e passa, assim, da razão à irrazão. Está aqui posta uma **aporia** fundamental claramente delineada nos nódulos fundantes das reflexões apontadas.

Um dos efeitos mais expressivos dessa forma de ver o mundo reside na impossibilidade de uma ação social fundamentada em um projeto unitário. Ou seja, “não é mais possível se livrar do mundo do capital”. “O pragmatismo é a única filosofia possível de ação”. Ou seja, a lacuna decorrente da rejeição do trabalho como agente de emancipação traz profundas conseqüências de ordem teórico-metodológica.

O resgate do homem, em sua integridade, ou seja, a integração entre objetividade e subjetividade é, na atualidade, uma questão ontológica fundamental, tendo em vista os fundamentos de uma concepção superior de sujeito e de subjetividade humana. Neste sentido, um Re-encontro com o pensamento marxiano em suas origens é fundamental, tendo em vista a atualidade de seu pensamento de origem para o entendimento e mesmo a explicação da factualidade contemporânea. Portanto, da subjetividade atual.

Recuperar a posição ontológica para o debate atual da problemática do conhecimento no processo pedagógico é buscar a gênese e o sentido do conhecimento no ato complexo que funda o ser social. A posição ontológica de base marxiana não toma como ponto de partida o auto-exame da razão e nem estabelece o primado do sujeito no processo do conhecimento, como vimos em Lévy, Foucault e Habermas. Buscar o sentido do conhecimento no ato complexo que funda o ser social é entender que a objetividade, ou seja, a base material que funda os processos de trabalho e os pedagógicos é a subjetividade que se efetiva

no mundo, ou seja, não é algo que está na abstração do meu pensamento; é algo que está efetivamente posto. É o reflexo ideal das diferenças do real no plano da consciência. A subjetividade é o resultado de uma relação complexa com a objetividade, com essa nova base material, funda-se nesta, se dá-se na *práxis*.

Nesse sentido, a racionalidade é entendida como sendo os modos fundamentais através dos quais se dá o relacionamento do homem com a realidade, com as mudanças que vêm ocorrendo nos processos de trabalho.

Finalmente, a formação do sujeito na atualidade funda-se na possibilidade do resgate ontológico entre objetividade (as virtualidades das mudanças tecnológicas e materiais) e subjetividade, tanto no plano material quanto espiritual.

1-MARX & ENGELS. Marx e Engels Werke. V.1. P.386.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

DREYFUS, H.L. & RABINOW, P. - Michel Foucault: Beyond Structuralism and Hermeneutics. Chicago, Universit of Chicago Press, 1983.

FLICKINGER, Hans. Marx nas pistas da desmistificação filosófica do capitalismo. Porto Alegre: L&PM editores, 1985.

FOUCAULT, M. - A Arqueologia do Saber. Vozes, RJ, 1972.

FOUCAULT, M. - Microfísica do Poder. Graal, RJ, 1986.

FOUCAULT, M. - Vigiar e Punir. RJ, Vozes, 1977.

FREITAG, B. - A Teoria Crítica Ontem e Hoje. SP. Brasiliense, 1988. 184p.

HABERMAS, J. - Motivos do Pensamento Pós-Metafísico e A Unidade da Razão na Multiplicidade de Suas Vozes. IN: *Revista Filosófica Brasileira*, RJ, out. 1989. P.24-81, V. IV, n. 4.

HABERMAS, J. - O Discurso Filosófico da Modernidade. publicações Dom Quixote, Lisboa, 1990.

HABERMAS, J. - Pensamento Pós-Metafísico. Tempo Brasileiro, RJ, 1990.

LÉVY, P. As Novas Técnicas de Administração do Saber. In: WITKOWSKI, Nicolas. *Ciência e Tecnologia Hoje*. São Paulo: Ensaio, 1995.

LÉVY, P. *As Tecnologias da Inteligência; o futuro do pensamento na era da informática*. Rio





- de Janeiro: Ed. 34, 1993.
- LUCKACS, George. *As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem, Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, v. 4, p. 1-19. 1978.
- LUCKACS, George. **Ontologia do ser social**; Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo : Livraria Editora Ciências Humanas, 1979 , p. 207-245.
- LUCKACS, V. **El Asalto a La Razon**; la trajetória del irracionalismo desde Shelling hasta Hitler. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- MARKERT, Werner - A Educação e o Conceito de Modernidade: as relações entre trabalho, interação e sujeito na visão da Teoria Crítica da Formação. In: PUCCI, Bruno. *Teoria Crítica e Educação*. Petrópolis/Vozes, 1995.
- MARKERT, Werner . **Teorias de Educação do iluminismo**; conceitos de trabalho e do sujeito. Rio de Janeiro :Tempo Universitário, 1994.
- MARKERT, Werner. A Educação e o Conceito de Modernidade: as relações entre trabalho, interação e sujeito na visão da Teoria Crítica da formação. In: PUCCI, B. (Org.) *Teoria Crítica e Educação*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MARX, K. *A Miséria da Filosofia*. São Paulo: Ed. Global, 1989.
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I, vol. I. São Paulo: Difel, 1984.
- MARX, K. & ENGELS, F. *A Ideologia Alemã (I - Feuerbach)*. Editora Hucitec. São Paulo, 1984a.
- MARX, K. & ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*; crítica da filosofia alemã mais recente. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes.Col. Síntese 2 volumes.
- MARX, K. & ENGELS, F. *A Sagrada Família ou Crítica da Crítica Crítica*; contra Bruno Bauer e consortes. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1974.
- MARX, K. - Introdução Geral para a Crítica da Economia Polftica. Col. Os Pensadores. SP, Ed. Abril, vol. XXXV, 1974.
- MARX, K. - O Capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital, vol. I. Difel, SP,1984b.
- MARX, K. - Teses contra Feuerbach. Col. Os Pensadores. Ed. Nova Fronteira, SP, 1987.
- MARX, K. **Introdução Geral para a Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril, 1974. (Col. Os Pensadores, v. 35)
- MARX, Karl. **Karl Marx**; manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos. São Paulo: Nova Cultural, 1987. v. 1.